

# Pelo direito de construir coletivamente a Porto Alegre do futuro!

MANIFESTO Forum Estadual de Reforma Urbana - FERU / RS

Os avanços legais e democráticos vividos no Brasil desde a década de 70 decorrentes de lutas históricas impulsionadas pelos movimentos sociais oportunizaram ao país, nesta década, um momento impar para a efetivação dos Direitos Humanos no Brasil, em especial o direito à cidade e à moradia. Porto Alegre sem dúvida foi uma das protagonistas deste processo, deixando suas marcas nessa história de conquistas.

Infelizmente o desejo inquietante da sociedade brasileira de sediar um evento esportivo internacional, associado aos interesses do mercado estrangeiro e mascarado pelas grandes agências de publicidade, vem provocando, em nome de uma “oportunidade de negócio” e do “rápido desenvolvimento” violações aos direitos humanos, os quais materializam-se nas nossas cidades através dos despejos massivos, da periferização da pobreza, da apropriação privada dos espaços públicos e da reserva de áreas para os projetos do capital.

Em Porto Alegre, assim como nas outras cidades do país que estão sendo engolidas pelos projetos do capital “necessário” aos eventos esportivos, as ditas violações contam com o apoio do poder público, através de ações indiretas, de investimentos públicos e da operacionalização distorcida de programas sociais pois:

- O Governo Municipal privilegia e viabiliza o valor de troca no lugar do valor de uso. Promove a exclusão com a utilização das próprias conquistas populares como é exemplo de instrumentos urbanísticos (Áreas Especiais de Interesse Social), programas habitacionais como o MCMV, programas de mobilidade urbana (PAC) e plano de resíduos sólidos que exclui milhares de famílias de catadores da cadeia produtiva entre outros;

- Não demonstra intenção em articular políticas públicas como a Política Nacional de Resíduos Sólidos com programas habitacionais, de mobilidade urbana e saneamento. Moradores cuja sobrevivência depende da coleta de materiais recicláveis precisam optar entre manter a renda ou acessar casa nos reassentamentos. Famílias que vivem próximas aos grandes projetos de saneamento não tem a perspectiva de regularização fundiária que as permita acessar a infraestrutura implementada no seu entorno.

- Em maio de 2013 os investimentos nas obras de mobilidade urbana do PAC da Copa ultrapassaram a casa dos 900 milhões de reais sem que nenhuma nova linha de ônibus tenha sido acrescentada para integrar os bairros mais distantes da cidade.

- Trabalhadores são levados para morar na periferia desprovida de infraestrutura afastando-os de seus locais de trabalho e penalizando-os com transporte precário.

- Viola direito à gestão democrática da cidade traduzido na Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, quando ignora projetos discutidos coletivamente com a população e implementa de forma autoritária obras sem o amplo conhecimento e acordo com a população, como é o caso do Parque do Gazômetro;

- Negligência a vida usando uma avenida para separar a população de seus espaços públicos naturais como a orla do Guaíba. Viola o direito à uma cidade saudável rompendo a integração sociedade-natureza atacando o movimento

ambientalista histórico brasileiro para promover a abertura de vias e levantamento de prédios e construções;

- Viola o direito à informação quando não divulga as ações e cronogramas das Câmaras Temáticas criadas especificamente para discutir a Copa em Porto Alegre isolando a população dos debates sobre as transformações da cidade oriundas da realização deste megaevento;

- Utiliza o marketing como ferramenta de governo valorizando sua imagem e repercussão na mídia e desconsidera ações que possam garantir de fato direitos fundamentais como o direito à educação, saúde e renda nos reassentamentos. A “Copa passa por aqui” em outdoor mostrando o reassentamento da Vila Dique não justifica a falta de escola e o abandono de centenas de famílias remanescentes em meio aos escombros no local de origem e a mercê da oscilação de oferta de serviços;

- Mercantiliza o direito à moradia através de parcerias que garantem o lucro máximo aos agentes privados. Não há regulação, controle do preço da terra ou sanções ao não cumprimento da função social da propriedade. O governo se ausenta da discussão e se coloca como vítima desse maquiavélico processo de exclusão social e violação de direitos.

- Milhares de famílias são convencidas pelo poder público de viverem em condição de invasores de áreas públicas quando na verdade tem direito garantido por lei à posse das áreas onde vivem e em contrapartida recebem “Bônus Moradia” com forma de indenização precária para que suas casas deem lugar àquilo que chamam de “desenvolvimento”;

- O poder público municipal se abre ao mercado imobiliário e socializa os custos com toda a população no momento de implementar infraestrutura. Promove o construir para especular e não para morar;

O Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul compreende que é uma situação que ocorre na maioria das cidades brasileira. Porém, entende a cidade como uma construção coletiva; o espaço da vida real onde deve ser garantido o acesso a terra urbanizada; a aplicação da função social da propriedade e o direito ao exercício da democracia. Democracia do ponto de vista do cidadão e não do Banco Mundial, onde a população se reconheça como tal, não apenas conscientes de seus direitos, mas capazes de resistir e de transformar suas vidas e a sociedade.

Reconhece, também, que é preciso reagir, e que essa reação passa pela exigibilidade dos direitos conquistados e garantidos pelo Estado Brasileiro. Nesse sentido, considera imprescindível e urgente que os projetos para a cidade sejam amplamente debatidos com a sociedade.

Por isso, o Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul defende uma grande mobilização pelo direito de criação de espaços que dialoguem integralmente com as políticas públicas, formule e respeite posições coletivas e autônomas em relação aos governos e partidos políticos exigindo que esses se posicionem em relação aos seus papéis na sociedade. Espaços que discutam a cidade de forma integral, transversal e plural afinal, "QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS REFORMA URBANA JÁ!"

## EXPEDIENTE:

ESTA É UMA PUBLICAÇÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE REFORMA URBANA - FERU /RS.

O Fórum Estadual de Reforma Urbana - FERU/RS é um grupo de organizações que lutam por cidades melhores para todos. São movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa que querem promover a Reforma Urbana nas cidades do Rio Grande do Sul em consonância com com o Forum Nacional de Reforma Urbana - FNRU.

Para saber mais acesse:  
<http://reformaurbanars.blogspot.com.br>

## SECRETARIA EXECUTIVA:

Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM: Central dos Movimentos Populares - CMP; Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM; Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB; Centro de Direitos Econômicos e Sociais - CDES

## ENTIDADES QUE COMPÕE O FERU-RS:

ACESSO - Cidadania e Direitos Humanos /- AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre / AMOVITA - Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu / CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional / CDES - Centro de Direitos Econômicos e Sociais / CIDADE-Centro de Assessoria e Estudos Urbanos / CMP - Central dos Movimentos Populares / CONAM - Confederação Nacional de Associação de Moradores / FEGAM-RS - Federação Gaúcha de Associações de Moradores / Fórum de Justiça e Segurança Região Noroeste / IdhEs - Instituto de Direitos Humanos / IPES - Instituto de Planejamento e Estudos Socioambientais / MNLM-RS Movimento Nacional de Luta pela Moradia / Observatório das Metrópoles - Núcleo Porto Alegre / Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo / SAJU/UFRGS - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária / SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS / Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul - SAERGS.

Forum Nacional de Reforma Urbana  
Forum Sul de Reforma Urbana

Edição: 01  
Ano: Maio/2013  
Tiragem: 1000 exemplares

# JORNAL DO FERU



## FÓRUM ESTADUAL DE REFORMA URBANA - RS

### Por que Porto Alegre não está preparada para ingressar no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU

Por CDES- Direitos Humanos

Esta 5ª Conferência Nacional das Cidades com o lema “ Quem muda as cidades somos nós: Reforma Urbana já!” , traz consigo de forma clara e direta a necessidade de concretizar a luta da reforma urbana avançando na aplicação dos instrumentos da política urbana e na participação popular, ambos previstos no Estatuto da Cidade. Mesmo diante de conquistas

importantes desta luta de mais de 20 anos, como as leis, os instrumentos, um Ministério e da atual disponibilidade de recursos financeiros, ainda são muitos os nossos desafios para termos cidades mais justas e consonantes ao ideário da reforma urbana. Desde a 2ª Conferência das Cidades (2005), a criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU vem sendo

defendida com prioridade. É parte integrante e fundamental deste SNDU o ConCidades - Conselho Nacional das Cidades -, em nível Nacional, os Conselhos Estaduais e os Municipais. Em Porto Alegre já na 2ª Conferência houve a deliberação pela criação do Conselho da Cidade.

## Entenda o CONSELHO DAS CIDADES:

### O QUE É?

É um grupo composto por representantes do governo, de entidades representativas da sociedade civil e por movimentos sociais.

### PARA QUÊ?

Para debater, decidir e propor projetos e ações relacionadas ao desenvolvimento urbano, social, cultural, econômico e ambiental da cidade, bem como deliberar sobre as prioridades de intervenção, sobre os projetos e o monitoramento da execução desses projetos.

### POR QUÊ?

Porque existe hoje, nas cidades brasileiras: a) uma fragilidade na gestão e no controle dos recursos públicos; b) dificuldade de reafirmar a prevalência dos interesses coletivos sobre interesses privados; c) uma dificuldade de promover a gestão democrática e o controle social sobre as intervenções na cidade; d) dificuldade de planejar e executar intervenções urbanas de forma articulada: moradia, meio ambiente, mobilidade urbana e infraestrutura; e) dificuldade de executar e promover políticas públicas de forma articulada: saúde, educação, cultura, moradia, etc; f) necessidade de articular entre as esferas governamentais a aplicação dos recursos e de intervir nas cidades de forma transversal e interdisciplinar.

### COMO?

Cumprindo com o estabelecido pelo Estatuto da Cidade, pelas resoluções do Conselho nacional das Cidades e pelas deliberações das Conferências Municipais das Cidades

### QUANDO?

JÁ! O Brasil tem o Conselho Nacional das Cidades. O Estado do Rio Grande do Sul, também. Muitas cidades brasileiras já tem seu Conselho da Cidade instituído. AGORA TEM QUE SER A VEZ DE PORTO ALEGRE!

O ConCidades já elaborou projetos de Lei para a criação e funcionamento do SNDU. Embora esse projeto ainda não tenha sido encaminhado para o Congresso Nacional a diretriz é de continuar atuando para mobilizar o Ministério das Cidades, as entidades e os movimentos sociais para defender a criação do SNDU junto ao Congresso Nacional. É neste sentido, que o SNDU entra na pauta desta 5ª Conferência.

Além da criação do SNDU é necessário ainda debater a instalação e funcionamento dos Conselhos Estaduais e Municipais, que estão inoperantes ou funcionando precariamente. Na escala municipal, isto é bastante grave, visto que é no município que as políticas públicas se implementam. É o município, o ente federativo responsável por colocar em prática a gestão democrática e o planejamento urbano participativo, por meio de Planos Diretores e dos Conselhos Municipais das Cidades.

Neste contexto, caba destacar o caso

de Porto Alegre. Na capital gaúcha, existem atualmente 25 Conselhos e um Fórum de Conselhos, o qual foi instituído em 2011. Segundo a Administração Municipal, estes colegiados suprem a necessidade de instaurar um Conselho da Cidade em Porto Alegre.

O Fórum de Conselhos foi criado em setembro de 2011 (Decreto 17.311) e desde lá reuniu-se com presença média de 9 dos 25 Conselhos existentes. A partir das Atas das reuniões ocorridas no ano de 2012 é possível verificar que além da baixa representatividade dos Conselhos, as pautas não abordam de forma transversal questões relativas ao desenvolvimento urbano. No ano de 2012 houveram oito reuniões abordando os seguintes temas: aprovação de leis e decretos municipais sem parecer prévio dos conselhos, respeito às prerrogativas de cada conselho, casa dos conselhos, Plano Municipal do Livre e da Leitura e estrutura do fórum dos conselhos. Nas reuniões estiveram presentes, em média 9 Conselhos.

O ano de 2012 foi marcado pela realização de grandes obras de impacto na cidade de Porto Alegre. Mesmo que a decisão sobre parte dessas obras, suas aprovações e licenciamentos tenho ocorrido antes da criação deste Fórum, sem dúvidas seus desdobramentos deveriam estar na pauta das reuniões ocorridas. Os desdobramentos dessas obras de impactos tem aspectos físicos, territoriais, sociais, culturais e econômicas, enfim uma pluralidade que demanda um olhar transversal, na perspectiva do desenvolvimento urbano.

Partindo do marco temporal da criação do Decreto que institui o Fórum, sem dúvidas, a liberação da Arena do Grêmio (sem falar na sua aprovação e licenciamento que ocorreu antes da criação do Fórum), a derrubada das árvores do Gasômetro, os reassentamentos decorrentes das obras da Avenida Tronco, a criação dos REPOTS Regiões de Potencial Tecnológico e das AITEC Áreas de Interesse Tecnológico, a demarcação das AEIS



vazias, a localização dos novos empreendimentos habitacionais para baixa renda e do Programa Minha Casa, Minha Vida, a liberação de índices, a alta do mercado imobiliário e da construção civil em Porto Alegre versos a queda de arrecadação do IPTU na cidade, entre outras questões e conflitos da capital gaúcha deveriam estar na pauta deste Fórum para que ele se constituísse como o espaço da gestão democrática da cidade.

O Estatuto das Cidades representa um grande avanço em termos de garantia do

direito à cidade ao regulamentar os princípios constitucionais da função social da propriedade urbana, da gestão democrática, da justa distribuição dos ônus e benefícios da cidade e reafirmando a prevalência dos interesses coletivos sobre interesses privados. Por seu caráter de vanguarda, muitos são os desafios da sua aplicação. Um deles sem dúvida é colocar em prática aquilo que a norma já garante.

Neste sentido, a criação dos Conselhos da Cidade representa um importante passo na caminhada pela

concretização do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, em nível nacional e do diálogo, transversalidade da gestão, transparência e participação das decisões sobre os territórios das cidades em nível local. Este é um passo fundamental no combate aos crescentes danos sociais e ambientais que vem causando a tomada de decisão de forma vertical e unilateral e a submissão do poder público à pressão do capital, naquilo que poderíamos chamar de “Planejamento Urbano Imobiliário”. A cidade não é mercadoria, reforma urbana já!

## Nem o centro, nem a periferia - a cidade é você!

SAJU/UFRGS - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária. Faculdade de Direito - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As primeiras formas urbanas conhecidas pela humanidade, desde seu surgimento, já eram os espaços conhecidos e destinados para as decisões públicas e o exercício de cidadania. Na Antiguidade, as cidades gregas eram conhecidas como “polis”, palavra que deu origem e significado ao termo “política”, ou seja, é tudo aquilo que se refere à cidade, a tudo o que é urbano, civil e público. Foi justamente na polis grega que nasceu a democracia. Já na Roma Antiga, as cidades eram conhecidas como “civitas”, que deu origem ao termo “cidadão”, que se refere àquele que vive na cidade. Assim, logo percebemos que em sua origem, o espaço urbano é o espaço privilegiado para a realização da política e da cidadania, pilares da nossa democracia.



A forma de cidade, próximo ao modelo de urbanização que temos nos dias de hoje, está historicamente relacionada com o sistema de produção industrial, iniciado na Europa no final do século XVIII, entendida como um lugar de concentração das fábricas e das residências. Assim, as cidades tiveram uma organização voltada para dar conta do funcionamento das grandes produções, incluindo as moradias dos trabalhadores que saíam do campo em busca de melhores condições na cidade, à procura de trabalho

nessas fábricas. As moradias eram oferecidas pelos próprios donos das indústrias, aumentando a dependência do trabalhador, ou ainda de aluguel, em condições precárias, oferecidas por aqueles que queriam se beneficiar da necessidade e da falta de opção dos operários. E assim também foi em Porto Alegre a partir da década de 1940, quando o rápido crescimento da cidade e o grande fluxo de migração campo-cidade, acarretou na falta de habitações, tudo isso por conta de um processo de industrialização que atingia as grandes cidades brasileiras e a mercantilização da moradia.

Como se pode observar os aspectos econômicos influenciaram social e culturalmente toda a sociedade moderna, surgindo outros tipos de relações que vão além dos laços familiares e religiosos. A cidadania passou a ser uma das principais características dos habitantes da cidade, sendo exercida de diversas formas conforme o momento histórico de cada cidade ou país.

Após a ditadura civil-militar do Brasil, iniciamos um novo período que teve como marco a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. Vale citar, que os movimentos populares tiveram grande importância na conquista desses direitos e na exigência para que se cumpram, devido a sua grande organização que, mesmo em tempos de ditadura, já refletia nas ruas, sindicatos, associações, com exigências por reformas de base e grandes ocupações organizadas. Nesse contexto de conquistas, nasce a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, que surgiu como mais uma forma de garantir que a população possa exigir que a cidade cumpra a sua função social, e também dentro disso a participação popular efetiva, exatamente o que consta no art. 2º do

Estatuto, ou seja, que a população tenha a possibilidade de construir em todas as etapas as políticas de desenvolvimento urbano.



Hoje, não é mera opção, mas um dever do Estado garantir a participação da população nas questões de urbanização. Seja na política nacional, regional e municipal, seja para fazer mudanças estruturais da cidade, até em uma determinada remoção de vila, os cidadãos e as pessoas diretamente afetadas devem ser ouvidas, além disso, é ter consciência que sua opinião deve ser levada em conta. A cidade não é mérito somente de um gestor, e sim de toda a população que, de uma forma ou de outra, vive e constrói a cidade para além dos quatro anos de mandato.

Nem o centro e nem a periferia, cidade é cada um de nós, onde as formas de democracia participativa podem possibilitar o debate e a busca de alternativas viáveis para o problema urbano. É preciso avançar mais, por essa razão as pessoas que participaram das Conferências das Cidades passadas já notaram e alertaram: precisamos criar o Conselho Municipal das Cidades. Tal conselho será, na certa, um espaço de potencialidade do ser humano, enquanto cidadão e ser político.

## Morte e vida de grandes cidades: Porto Alegre

Por Mario Lahorgue / Geógrafo - UFRGS

*As necessidades dos automóveis são mais facilmente compreendidas e satisfeitas do que as complexas necessidades das cidades, e um número crescente de urbanistas e projetistas acabou acreditando que, se conseguirem solucionar os problemas de trânsito, terão solucionado o maior problema das cidades. As cidades apresentam preocupações econômicas e sociais muito mais complicadas do que o trânsito de automóveis. Como saber que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas? É impossível.*

Já fazem mais de 50 anos (!) que Jane Jacobs escreveu as linhas acima (Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pág. 05-06). E o mais impressionante não é o que ela escreveu e descreveu sobre as cidades americanas das décadas de 50/60, mas o fato de depois de todo este tempo, continua se repetindo os mesmos erros na hora de planejar as cidades

Quando se lê os dois parágrafos acima, não é possível enxergar perfeitamente Porto Alegre ou qualquer outra grande metrópole brasileira?

Tragicamente, estamos caminhando para a morte de nossas cidades porque não se pensa o espaço como um todo. E se não se pensa o espaço da cidade como um todo, não se planejam ações compatíveis com a totalidade. E é pensar a cidade como um todo que faz com que seja possível preservar e estimular a diversidade tão característica e estimulante da vida na cidade grande. Vamos pensar no conjunto de obras e intervenções que tem acontecido não só em Porto Alegre, mas em boa parte das cidades brasileiras

Qual solução para o trânsito? Fatalmente gasta-se uma quantidade enorme de dinheiro com obras para melhoria de fluxo de trânsito: alargamento de avenidas, novos viadutos, passagens de nível. Qual o resultado? Parece que história não faz parte do currículo de estudos dos responsáveis por nossas cidades. Todas as obras de alargamento de vias só tiveram como resultado mais carros e mais engarrafamento. Mas, continuemos, pois alguém pode argumentar que no atual pacote de obras, está previsto e em execução melhorias no sistema de transporte coletivo. Em Porto Alegre isto significa melhoramento dos atuais corredores de ônibus com a transformação dos mesmos em BRTs. Pergunta: alguém planejou, sabe ou mesmo remotamente prevê o que acontecerá no dia a dia da introdução do novo sistema? Não? Pois é, o estudo mostrando como funcionará o sistema ainda não ficou pronto (a última vez, ouvi que seria apresentado em maio/2013), mas as obras estão em andamento...

Para efeitos de raciocínio, vamos partir do pressuposto que tudo dará certo e os BRTs serão realmente melhores que o atual sistema. Como "melhores" estou considerando conforto e rapidez. Por que só isso? Por que em Porto Alegre, se separou o planejamento do sistema viário do planejamento habitacional.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) é, como todos os planos, até interessante. Mas ele foi pensado do ponto de vista da habitação. Assim como a mobilidade foi pensada somente numa questão de fluxo. O resultado? As novas unidades habitacionais estão sendo construídas basicamente em áreas mais periféricas onde o preço da terra é "barato". E as melhorias dos BRTs se darão em outros lugares, nas avenidas já consolidadas da cidade. Por não se pensar no espaço como um todo, o lugar da pretensa melhoria de fluxo de trânsito não é o mesmo do lugar da construção de habitações.

Ora, digamos que a melhoria de renda das classes mais baixas continue acontecendo por conta dos vários programas federais de renda e estímulo ao mercado doméstico. O resultado da desconexão dos planos viários e habitacionais será um só: mais engarrafamento para quem conseguir melhorar de vida e comprar um carro porque estão sendo construídas habitações onde o transporte coletivo não está sendo pensado. E o pior transtorno para os mais pobres: sem carro e perdendo várias horas em engarrafamento dentro de ônibus, pois não haverá BRTs nos novos assentamentos. E aliás, nem sequer se pensa em Planos de empregos ou geração de renda ligados aos locais de construção de habitações: o que adianta construir mais e mais casas/apartamentos em bairros distantes e só com moradia, se os moradores obrigatoriamente terão que se deslocar para conseguir emprego e renda?

## Morar, trabalhar, estudar e descansar: Moradia popular e acesso à cidade

Por Jaime Rodrigues

Uma quantidade enorme de habitações como estão sendo construídas hoje no país. Isso a tem seu lado positivo por abrir novas oportunidades de emprego. Ocorre, que essa construção em massa e descolada de um planejamento territorial afetando a vida da grande maioria da população. Estas dificuldades deverão se agravar com o tempo e se perpetuar no território das cidades. Existe uma quantidade enorme de famílias e pessoas que são trabalhadores ou estudantes localizados na periferia de Porto Alegre e mesmo nas cidades vizinhas e as novas moradias que estão sendo construídas continuam operando na mesma lógica: levando comunidades inteiras para as periferias sem a infraestrutura de equipamentos e serviços adequada. Na prática, uma grande maioria deverá se deslocar para chegar até o local de trabalho ou de estudo em torno de duas horas para ir e outras duas para voltar. Considerando que terá mais uma hora, no mínimo na comida e oito horas (ou mais) de trabalho. Isto quer dizer que sua perspectiva de crescer com estudo técnico ou na universidade fica muito prejudicado. O Brasil, que precisa melhorar a qualidade da mão de obra e a educação terá prejuízos sociais. Mas não é só isto. O lazer para os trabalhadores também estará distante. As

alternativas de ir ao cinema, teatro, música e tudo o mais fica impossível, pois as estruturas de lazer estão no centro. O acesso às políticas públicas também se tornará mais difícil, visto que os hospitais estarão distantes dos núcleos de moradia - reforçando uma realidade que já existe - e a rede de postos de saúde, que já é saturada receberá ainda mais demandas. A ineficiência do transporte público, necessário para levar as pessoas ao trabalho, ao lazer e às redes públicas de saúde e educação também contribui para tornar este panorama mais negativo. Com relação às moradias, tem-se a produção em serie inversamente proporcional à qualidade das moradias, que é bem inferior ao produzido para as outras camadas sociais. Produzidas em escala sem qualidade e sem relação com a cidade, ornam-se verdadeiras manchas de pobreza e exclusão. Tudo isto ocorre dentro de Porto Alegre, mas também nas cidades próximas. O argumento do preço do solo urbano é um dos argumentos mais utilizados e também o mais perverso. Se o terreno é caro os pobres terão de sofrer para sempre? Claro que não, pois as soluções existem. Os edifícios que estão inacabados e vazios no centro é um deles. O reconhecimento da posse das famílias que vivem

em assentamentos informais, em áreas centrais próximas a serviços que foram conquistadas das suas lutas históricas, é outra solução. Mas também, é bom lembrar, que existem terrenos de preços razoáveis e que podem colocar famílias em edifícios, otimizando o uso do solo, o que é muito melhor do que criar as verdadeiras “manchas periféricas”. Contudo, o importante é fazer uma política de habitação popular que dialogue com as demais políticas públicas, que utilize técnicas de construção e gestão como as cooperativas de moradias, que reconheça os instrumentos de acesso à terra urbanizada, como o usucapião, a Concessão e AEIS, que promova a participação dos novos moradores desde a concepção do projeto, passando pela definição de orçamento, pelo acesso ao financiamento do governo federal até a execução das obras e sua pós ocupação. É decisivo que haja participação na elaboração, na construção, com escolha de materiais, projetos e tudo o mais. É necessário que se fomente e se estruture a assistência técnica popular. Uma política destas enfrenta o lado ruim das construções, beneficia a todos e garante o direito à moradia.